

Comissão comprova desvios

Paola Lima
Da equipe do Correio

A 15 dias de encerrar as investigações, os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades na Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional (Asefe) anunciaram não ter provas suficientes para incriminar os políticos acusados. A CPI foi criada a partir da denúncia do ex-diretor financeiro da associação, Firmino do Nascimento Neto, de que políticos do PT, PCB e PCdoB usaram recursos da entidade nas campanhas eleitorais de 1998.

"Não temos como provar o envolvimento de parlamentares nas irregularidades", afirmou o presidente da CPI, João de Deus (PPB). A comissão, porém, conseguiu comprovar a má administração e o desvio de recursos da entidade, que hoje acumula um prejuízo estimado em quase R\$ 20 milhões. "O que temos é o bastante para indicar ex-direto-

res e funcionários envolvidos", garantiu a relatora da CPI, deputada Anilcêia Machado (-PSDB). "Mas recebimento de recursos irregulares, infelizmente, ninguém registra na prestação de contas à Justiça", lamentou.

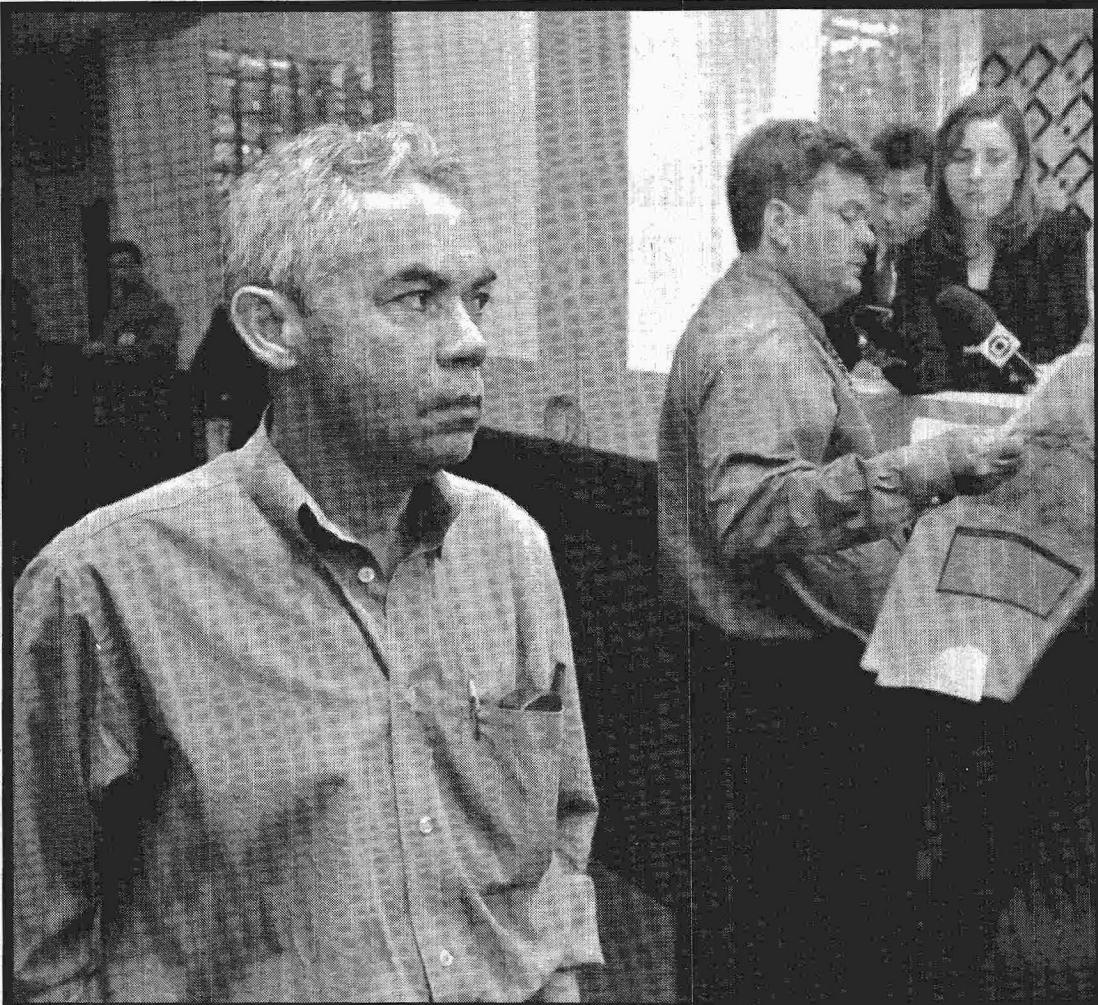
Ao longo dos seis meses de investigações, a comissão reuniu mais de 300 páginas com os dez depoimentos e duas atrações promovidas pelos deputados, além de centenas de documentos. Material no qual os parlamentares planejam se debruçar para dar forma ao relatório final, a ser entregue até o dia 30 de novembro. Depois de concluído, o relatório será encaminhado ao Ministério Público do DF e à Polícia Civil.

"Já existem alguns inquéritos abertos na polícia, com três indiciados. Acreditamos que, com o relatório, será possível abrir novos inquéritos e indicar mais suspeitos", afirmou Anilcêia.

PROPINAS

Na manhã de ontem, os deputados encerraram os depoimentos com a presença

Acácio Pinheiro



JOSÉ EUDES DEPÓS ONTEM MAS NÃO CONVENCEU DEPUTADOS: "ELE ESTÁ MENTINDO", DISSE ANILCÉIA MACHADO

do presidente da Asefe, José Eudes de Oliveira Costa. Ao lado dos ex-diretores da entidade, Firmino Neto e Klecius de Oliveira, e do ex-presidente, Sérgio Rubens, Eudes é um dos principais acusados do desvio de recursos da associação. Todos eles já foram ouvidos pela CPI. Mas Eudes foi reconvidado para esclarecer as últimas dúvidas dos deputados. O petista, no entanto, não os convenceu. "Ele está mentindo, temos certeza", avançou João de Deus.

Eudes deixou sem explicações pelo menos dois dos principais fatos investigados pela CPI. O primeiro deles é o paga-

mento antecipado de R\$ 130 mil à empresa Cadastro Assessoria de Crédito Ltda, contratada em 2001 para recuperar o crédito da Asefe no mercado. A quantia foi entregue à Cadastro antes mesmo do serviço ser prestado.

Em depoimento à CPI, há três meses, o dono da empresa, Adimário Teodoro, admitiu que o dinheiro foi pago para que R\$ 60 mil desses R\$ 130 mil fossem devolvidos, em espécie, como propina, aos diretores da entidade. Eudes negou ter recebido dinheiro ou autorizado o pagamento antecipado do contrato. Mas não conseguiu explicar co-

mo essas decisões foram tomadas sem que ele, presidente da entidade, tivesse conhecimento.

O segundo foi o pagamento pela Asefe, em 2000, do jornal de campanha do então candidato à presidência do PT, Wilmar Lacerda. Dez mil exemplares foram rodados na gráfica Bárbara Bela, a mesma que produzia os jornais internos da Asefe. Ao presidente da CPI, o proprietário da gráfica, João Batista, revelou que o custo dos jornais de campanha foi incluído no serviço pago pela associação.

No depoimento à comissão, o presidente do PT disse não saber quem pagara os jornais que, segundo ele, ficaram sob a responsabilidade de Eudes, um dos coordenadores de sua campanha. Eudes, porém, jurou que o dinheiro não saiu da Asefe. Mas não soube explicar quem pagou os jornais.